



Comendador Levy Gasparian, 06 de dezembro de 2024.

FOLHA 06 PROC. 0221/24

Mensagem n. 021/2024.

Alexandre da Costa Simão
AGENTE LEGISLATIVO
Matr. 1

Assunto: “Dispõe sobre o parcelamento e reparcimento de débitos do Município de Comendador Levy Gasparian com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.”.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Tenho a honra de submeter a essa Egrégia Casa Legislativa, pelo alto intermédio de Vossa Excelência, o Projeto de Lei nº 21, de 06 de dezembro de 2024, que **“Dispõe sobre o parcelamento e reparcimento de débitos do Município de Comendador Levy Gasparian com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.”**, a fim de que seja apreciado pelos Ilustres Vereadores.

Esta proposta visa assegurar a sustentabilidade do RPPS, garantindo o cumprimento das obrigações previdenciárias do Município e a segurança dos servidores municipais, que dependem de um sistema previdenciário robusto e devidamente equilibrado para assegurar os benefícios a que têm direito.

A medida pretende promover o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência do Social – RPPS, fundamentando-se na necessidade de atender às exigências constitucionais e legais para a sustentabilidade do RPPS, assegurando a continuidade e a solidez dos benefícios previdenciários de nossos servidores públicos municipais.

O parcelamento e reparcimento, além de representar um instrumento essencial para regularizar pendências junto ao RPPS, contribuirá para o aprimoramento da gestão previdenciária municipal, respeitando os critérios de equilíbrio atuarial e fiscal, em consonância com as normas constitucionais aplicáveis.

Deve ser destacado, ainda, que o projeto foi elaborado com o objetivo de observar as normas atuariais estabelecidas pela legislação federal e regulamentações pertinentes, incluindo a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022 e visa assegurar a plena adequação do regime previdenciário aos princípios de equilíbrio financeiro, transparência e responsabilidade fiscal.

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/19



Assim, certo da habitual atuação que Vossa Excelência e seus digníssimos pares dispensarão ao Projeto que é de grande importância para a municipalidade, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

Claudio Mannarino
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/19

Exmo. Senhor
José Fernando Cheffer
Presidente da Câmara de Vereadores de Comendador Levy Gasparian – RJ.



Município de Comendador
Levy Gasparian

Av. Vereador José Francisco Xavier, 01 - Centro - Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000

FOLHA 05 PROC 0724

Alexandre da Costa Simões
www.levygasparian.rj.gov.br
Telefone: (24) 2254-1314

CNPJ: 39.554.597/0001-51

PROJETO DE LEI Nº 21, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2024.

Dispõe sobre o parcelamento e reparcèlement de débitos do Município de Comendador Levy Gasparian com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O POVO DE COMENDADOR LEVY GASPARIAN, por seus representantes, decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As contribuições legalmente instituídas, inclusive seus encargos legais, devidos pelo Município (patronal) e não repassadas à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS até o seu vencimento, depois de apuradas e confessadas, poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento para pagamento em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do art. 14 ao 17 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

§1º O vencimento da primeira prestação do ajuste a que se refere o *caput* ocorrerá até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Art. 2º Para apuração dos montantes devidos a serem parcelados, os valores originais serão atualizados pelo IPCA, acrescidos de juros simples de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento até o mês anterior ao da consolidação do termo de acordo de parcelamento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 3º As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação dos montantes devidos nos termos de acordo de parcelamento até o mês anterior ao de vencimento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 4º As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IPCA, acrescido de juros simples de 0,50% (zero virgula cinquenta por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento), acumulados desde a data do seu vencimento, até o mês anterior ao do efetivo pagamento, respeitada a meta utilizada na avaliação atuarial do RPPS quando da celebração do acordo.

Art. 5º Fica autorizado o reparcèlement de débitos de contribuições a cargo do Município (patronais) parcelados anteriormente, mediante nova consolidação do montante parcelado, calculada a partir da diferença entre o valor originalmente consolidado do termo de

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/19



Município de Comendador
Levy Gasparian

Av. Vereador José Francisco Xavier, 01 - Centro - Comendador Levy Gasparian - RJ - CEP 25870-000

FOLHA 07/24 PROC. 07/24
Alzandir de Costa Simões
www.levygasparian.org.br
Telefone: (24) 2254-1344
CNPJ: 39.594.597/0001-51

parcelamento em vigor e o valor total das prestações pagas posteriormente, ajustadas ao valor presente na data de formalização do termo em vigor, sendo essa diferença atualizada até a data de consolidação do reparcèlement.

§1º No reparcèlement de que trata o *caput*, para apuração do novo saldo devedor, aplicam-se os critérios previstos no art. 2º aos valores dos montantes consolidados do parcelamento ou reparcèlement anterior deduzidos das respectivas prestações pagas, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcèlement anterior até a data da nova consolidação do termo de reparcèlement.

§2º As prestações em atraso não poderão ser objeto de novo parcelamento desvinculado do parcelamento originário, devendo ser quitadas integralmente ou incluídas no saldo devedor do reparcèlement.

§3º A quantidade de prestações mensais, iguais e sucessivas, em cada termo de acordo de reparcèlement, não deverá ultrapassar 60 (sessenta) meses quando somadas à quantidade de prestações pagas previstas no parcelamento originário.

§4º O reparcèlement previsto neste artigo será realizado uma única vez, vedada a inclusão de débitos que não o integravam o parcelamento originário.

Art. 6º O Município poderá vincular o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcèlement não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcèlement e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º O Poder Executivo adotará as providências necessárias a assegurar a regularidade orçamentária, financeira e patrimonial do parcelamento e reparcèlement previstos nesta Lei.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Claudio Mannarino
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 1.040/19